

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 93, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação de competência constante do inciso XXVIII, do art. 28, da Resolução TREDF nº 7.772/2018, e o teor do Processo Administrativo nº 0005647-58.2019.6.07.8100, resolve:

Designar o servidor LEANDRO AMORIM CARISIO, Técnico Judiciário/Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para substituir, nos afastamentos, impedimentos legais ou eventuais, o titular da função comissionada de Chefe da Seção de Administração de Banco de Dados, Internet e Intranet da Coordenadoria de Soluções Corporativas da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, código FC-6, ficando, consequentemente, dispensado o servidor Diego Batista Assunção do Vale.

EDUARDO DE CASTRO RODRIGUES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE INFORMÁTICA

PORTARIA Nº 387, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pelo art. 19, XXIX, do Regimento Interno deste Tribunal,

CONSIDERANDO o Edital nº 15, de 16/06/2016, que tornou público o resultado final do Concurso Público nº 01/2015, publicado no DOU nº 115 e DJE nº 2.162/2016, ambos de 17/06/2016, homologado pela Resolução TRE-MT nº 1.802/2016, publicada no DJE nº 2.165, de 22/06/2016;

CONSIDERANDO o Edital nº 17, de 29 de maio de 2018, publicado no DOU nº 108, de 07/06/2018, que tornou pública a prorrogação da validade do Concurso Público nº 01/2015;

CONSIDERANDO a Portaria TSE nº 671/2017, publicada no DOU nº 183, de 22/09/2017;

CONSIDERANDO a Portaria TRE-MT 457/2018, publicada no DOU nº 211, de 19/11/2018;

CONSIDERANDO que o candidato classificado em 31º lugar da lista geral foi aproveitado pelo TRF 1º Região, conforme Portaria TRE-MT nº 367/2016, em razão de sua classificação em 3º lugar de critério racial;

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 1445-52.2014.6.11.0000 - Classe PA e no Processo Administrativo Eletrônico nº 4352/2016, resolve:

Art. 1º Nomear a candidata CLEIDE FRANCISCA DOS ANJOS, classificada em 32º lugar na lista geral em Concurso Público de Provas, destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade: Administrativa, Classe A, Padrão I, decorrente de cargo vago recebido por redistribuição do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, criado pela Lei nº 10.842, de 20/02/2004, publicada na Portaria nº 292, DOU nº 211 em 01/11/2018.

Parágrafo único. A vacância do cargo recebido por redistribuição do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul decorreu de exoneração a pedido do servidor Conrado Rezende Soares, publicada na Portaria nº 212, DOU nº 157, de 10/08/2018.

Art. 2º A candidata deverá apresentar, como condição para a posse, os documentos exigidos na Portaria TRE-MT nº 388/2018.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Des. GILBERTO GIRALDELLI

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ATO DE Nº 48, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

O EXCELENTEÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Processo nº 0000280-94.2019.6.13.8000, assinou o seguinte Ato:

Concedendo aposentadoria voluntária integral ao tempo de contribuição, a GIOVANNA NUNES CASSESE, servidora do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupante do cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, lotada na Seção de Pagamento de Pessoal Ativo - SPAPE, em cargo criado pela Lei nº 8.868/94, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Des. ROGÉRIO MEDEIROS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 623, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Declarar vago, em razão de aposentadoria da servidora MARIA HELENA DE OLIVEIRA SANTANA, nos termos do artigo 33, Inciso VII, da Lei nº 8.112/1990, o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, sem especialidade, Classe C, Padrão 13, criado pela Lei nº 8.868 de 14 de abril de 1994, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARLOS MARTINS BELTRÃO FILHO

PORTARIA Nº 624, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Declarar vago, em razão de aposentadoria da servidora LÍGIA MARIA MEIRA TOSCANO PEREIRA, nos termos do artigo 33, inciso VII, da Lei nº 8.112/1990, o cargo de Analista Judiciário - Área Administrativa, sem especialidade, Classe C, Padrão 13, criado pela Lei nº 8.868 de 14 de abril de 1994, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARLOS MARTINS BELTRÃO FILHO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 749, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, incisos XXX e XLI, do Regimento Interno deste Tribunal, e considerando o contido no Processo Administrativo Digital nº 9502/2019-TRE, resolve:

Designar, em caráter excepcional, em conformidade com o disposto na Resolução TSE nº 23.411/2014, JUCELIA MARTINS AMBOK, requisitada para prestar serviços junto à 038ª Zona Eleitoral da Comarca de PITANGA, para exercer a função comissionada, nível FC-1, de Assistente I do Cartório da 038ª Zona Eleitoral da mesma Comarca, a partir de sua publicação, com fundamento no art. 3º da Lei nº 8.911/1994, c/c o art. 15 da Lei 9.527/1997; e na Decisão Administrativa exarada no PA nº 16424/2005, c/c o Acórdão 2248/2005 - TCU/Plenário.

Des. CARLOS MARTINS BELTRÃO FILHO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 780, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e considerando o Ofício nº 5973/2019 do Juiz da 54ª Zona Eleitoral, registrado no SEI nº. 0028656-14.2019.6.17.8054, resolve:

a) Dispensar o servidor LUCAS SAMPAIO MUNIZ DA CUNHA da Função Comissionada, FC-6, de Chefe de Cartório da 54ª Zona Eleitoral, Brejo da Madre de Deus;

b) Dispensar a servidora PRISCILLA DAYANE SANTOS da Função Comissionada, FC-1, de Assistente I do referido Cartório Eleitoral e designá-la para exercer a Função Comissionada, FC-6, em vacância na alínea "a";

c) Validar os efeitos desta Portaria a partir de 24 de setembro de 2019.

FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES

PORTARIA Nº 774, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais considerando o Ofício nº 6011/2019 do Juiz da 75ª Zona Eleitoral, registrado no SEI nº. 0028817-58.2019.6.17.8075, resolve:

a) Dispensar o servidor ELIEUDO MOURA DA SILVA da Função Comissionada, FC-6, de Chefe do Cartório da 75ª Zona Eleitoral, Salgueiro;

b) Dispensar o servidor LUCAS DA CUNHA SILVA da Função Comissionada, FC-1, de Assistente I do Cartório supramencionado e designá-lo para exercer a Função Comissionada, FC-6, em vacância na alínea "a";

c) Designar o servidor mencionado na alínea "a", para exercer a Função Comissionada, FC-1, em vacância na alínea "b";

d) Validar os efeitos desta Portaria a partir do dia 16 de setembro corrente.

FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

ATO Nº 187, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O Presidente em Exercício do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24, inciso XLVII, do Regimento Interno do Tribunal, resolve:

Art. 1º Designar MARIA LUCIA STEFANUTTO MARSELLA para função comissionada de Assistente I, nível FC-01, da 426ª ZE - Diadema, no período de 1º de outubro de 2019 a 04 de novembro de 2019;

Art. 2º Este ato será publicado no Diário Oficial da União.

PAULO SÉRGIO BRANT DE CARVALHO GALIZIA

PORTARIA Nº 249, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, no uso das atribuições regimentais e considerando o que consta do SEI 0063667-23.2019.6.26.8000., resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Cleusa Eggers Santamaria, nos termos do artigo 6º e seus incisos, da Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 2º Declarar vago, nos termos do art. 33, inciso VII, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, criado pela Lei n. 8.868, de 14 de abril de 1994, do quadro de pessoal deste Tribunal.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WALDIR SEBASTIÃO DE NUEVO CAMPOS JUNIOR

PORTARIA Nº 284, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

O Presidente em Exercício do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tendo em vista o disposto no artigo 33, inciso VIII, da Lei n. 8.112/90, DECLARAR VAGO o cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 3, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 10842, de 20/2/2004, na Vaga de n. 12, ocupado por SILVANA DE FREITAS, RG n. 2.893.720 SSP/DF, a partir de 11/9/2019, em razão de sua posse em outro cargo público inacumulável.

PAULO SÉRGIO BRANT DE CARVALHO GALIZIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 1.744, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA N. 1049853/2019, resolve:

Art. 1º Designar LEILA SILVA DE OLIVEIRA BERNARDES BORGES, matrícula N. 319.682, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-01, de Executante da 1ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Samambaia, ficando dispensada ANA PAULA MASSON BOSCHINI GONÇAROWSKA, matrícula N. 319.643, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMÃO C. OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.765, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto no PA SEI 0020504/2019, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária integral, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47, de 05/07/2005, à servidora MYLENA MACHADO RIBEIRO BOTTECCHIA, matrícula 310.658, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 13, Nível Superior, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, com as vantagens previstas no art. 67 da Lei 8.112/1990, c/c o art. 6º da Lei 9.624/1998 e com o inciso II do art. 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001; no art. 3º da Lei 8.911/1994, c/c o art. 15 da Lei 9.527/1997; e na Decisão Administrativa exarada no PA nº 16424/2005, c/c o Acórdão 2248/2005 - TCU/Plenário.

Des. ROMÃO C. OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.766, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto no PA SEI 0020915/2019, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária integral, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47, de 05/07/2005, à servidora MYLENA MACHADO RIBEIRO BOTTECCHIA, matrícula 310.658, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 13, Nível Superior, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, com as vantagens previstas no art. 67 da Lei 8.112/1990, c/c o art. 6º da Lei 9.624/1998 e com o inciso II do art. 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001; no art. 3º da Lei 8.911/1994, c/c o art. 15 da Lei 9.527/1997; e na Decisão Administrativa exarada no PA nº 16424/2005, c/c o Acórdão 2248/2005 - TCU/Plenário.